

Discussão da PEC nº 15 de 2015: análise do texto e sugestões para o seu aprimoramento

Daniel Bregman

Câmara dos Deputados
Brasília, 07 de novembro de 2017

Considerações Iniciais

- Política de Porta-Vozes do Sistema BNDES
- Receitas dos Municípios (2015)
 - ✓ ISS + IPTU: R\$ 80,3 bilhões;
 - ✓ FPM: R\$ 85,4 bilhões;
 - ✓ Cota-parte do ICMS: R\$ 97,3 bilhões

Fonte: Anuário Multi Cidades, 2017

Cota-parte do ICMS

- Distribuição aos municípios:
 - ✓ 20%: FUNDEB;
 - ✓ 20%: legislação estadual
 - ✓ 60%: valor adicionado fiscal (VAF) – *proxy* do PIB
- Artigo: Incompatibilidade do VAF com a cobrança do ICMS no destino pelo conceito de devolução tributária

Desigualdades *per capita* (2015)

| MUNICÍPIO | CP ICMS PER CAPITA | SETOR |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------|
| São Gonçalo do Rio Abaixo (MG) | 11.004,52 | Mineração |
| São Francisco do Conde (BA) | 9.343,37 | Refino |
| Paulínia (SP) | 8.624,33 | Refino |
| Guamaré (RN) | 8.525,01 | Refino |
| Lajeado (TO) | 7.637,22 | Hidrelétrica |
| Porto Real (RJ) | 7.043,75 | Ind. Automotiva |
| Louveira (SP) | 6.238,28 | Polo Industrial |
| Anchieta (ES) | 5.848,99 | Mineração |
| Cachoeira Dourada (MG) | 5.374,29 | Agronegócio |
| Davinópolis | 4.283,72 | Hidrelétrica |
| 100 MAIORES | 3.274,48 | |
| BRASIL | 482,84 | |

Proposta de 2008

- ABM, FNP e CNM propuseram um Sistema de Pisos e Tetos *Per Capita*;
- Teto: quatro vezes a cota-parte do ICMS média estadual;
- Piso: Maximização do mínimo per capita estadual (semelhante à complementação federal no FUNDEB).
- Caso aplicado em 2007, haveria redistribuição em todos os estados (exceto o Acre).

Proposta de 2008

- No exercício realizado em 2007 nenhuma capital estadual teria o seu repasse alterado;
- Perfil dos municípios do piso: cidades-dormitório de regiões metropolitanas e municípios muito pequenos;
- A construção de um indicador de dispersão mostrou que o efeito distributivo seria maior na Bahia, em Sergipe, Pernambuco e Maranhão.

Cota-parte de ICMS e FUNDEB

- Debate sobre equidade e eficiência na alocação do novo FUNDEB;
- Adequação da sistemática de utilização de matrículas escolares e dos fatores de ponderação para a distribuição do FUNDEB;
- No entanto, seria conveniente adotar algum ajuste para municípios menos carentes de recursos para investimentos em educação?
- François Bremaeker: redução da contribuição decorrente do FPE e composição com parte da arrecadação própria dos municípios.

Cota-parte de ICMS e FUNDEB

- Mecanismo de Sistema de Pisos e Tetos poderia ser adotado na distribuição dos recursos do FUNDEB;
- Vantagem: Possibilidade de migração de recursos para municípios carentes, com impactos sobre a equidade.

Desafios

- Estrutura de incentivos – Luciano Oliva Patrício apontou a importância das matrículas para o desenho de uma correta estrutura de incentivos
→ A solução seria manter o critério do número de alunos e adotar um redutor global;
- Complexidade: em audiências anteriores foi abordada a questão do excesso de fatores de ponderação, nesse sentido a introdução de um redutor aumentaria a complexidade do novo FUNDEB.